



A EAD QUEBRANDO PARADIGMAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM RONDÔNIA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Ana Lia Fernandes¹

Maria Auxiliadora Gomes de Freitas

Maria do Socorro Gomes Freitas

Resumo: O artigo aborda a EaD sob os prismas: aspectos histórico e conceitual no Brasil; síntese da legislação brasileira e resultados de um estudo exploratório sobre as representações dos alunos do curso de Pedagogia em EaD, da Universidade Federal de Rondônia sobre esta modalidade de ensino no atual contexto socioeducacional, e objetivou responder: quais os prejuízos causados pelo olhar conservador discente sobre a EaD no contexto de ensino superior de qualidade, interativo e democrático em seus diferenciais cognitivo, social e econômico no contexto da atual sociedade? A metodologia constituiu-se numa abordagem qualitativa, exploratória, e a coleta de dados: pesquisa documental e questionário semiestruturado. A interpretação dos resultados indica que os discentes percebem a EaD como uma modalidade de ensino de qualidade, inclusiva, democrática, com proposta de integração à sociedade atual. Apontam como vantagens: autonomia, adequação do tempo do aluno ao estudo e interação com as tecnologias. Conclui-se que o preconceito discente acerca da EaD retarda o desenvolvimento socioeconômico e cultural e que não se pode negar as possibilidades da EaD sem antes vivenciá-las ou conhecê-las melhor.

THE “EAD” BREAKING PARADIGMS IN THE CONTEXT OF HIGHER EDUCATION IN RONDÔNIA: AN EXPLORATORY STUDY

Abstract: The article discusses the Distance Education in the state of Rondônia in the materials: historical and conceptual aspects; synthesis of the Brazilian legislation and the results of an exploratory study on the student's representation in the Distance Education Pedagogy course of Rondônia's Federal University on this type of education in the current socioeducational context and aimed to answer: which damage caused by the

UTN- Universidad Tecnológica Nacional. Facultad Regional General Pacheco - Departamento de Posgrado em Educação. Tigre- Buenos Aires- República Argentina. Cep 1617, e-mail:webmail2.frgp.utn.ed.ar



conservative look on the distance learning students in the context of the quality, interactive and democratic higher education, on their cognitive, social and economic differentials contexts of the current society? The method constitutes on a qualitative exploratory approach and data gathering: documentary research and semistructured questionnaire. The interpretation of the results indicates that students perceive the distance learning as a quality, inclusive and democratic mode of teaching and learning, which proposes integration with the society. The abstract pointed out that autonomy, adequacy of the student's time to study and interaction with technologies are some of the advantages of Distance Education. It was concluded that the student's prejudice about distance learning slows its socioeconomic and cultural development, and that possibilities of distance learning cannot be denied without prior experience then or know them better.

Keywords: Distance education. Higher education. Represented students.

1. Introdução:

Na atual sociedade do conhecimento, as transformações tecnológicas, econômicas, sociais e culturais remetem a novas formas de perceber e de compreender o mundo. O local é reconstruído à luz do global, o afetivo é sublimado em detrimento da razão e as formas de aprender das novas gerações são modificadas bem como suas (re)interpretações sobre, e suas relações com, a instituição escolar (DEBORD, 1967; LASCH, 1979; BELLONI, 2001A e 2001b).

Assim, “a educação deverá promover a adaptação do indivíduo a uma sociedade como organicamente harmoniosa” (LUKESI, 1990, p.38) onde seu objetivo é, segundo Freire (2001), o desenvolvimento de múltiplos discursos, inseridos na sociedade globalizada vigente.

Nesse contexto, constitui-se um cenário de desafios para a educação no atendimento aos anseios das novas gerações que, segundo Belloni (2002), estão desenvolvendo novos modos de aprender mais autônomos e assistemáticos, voltados para a construção de um conhecimento incorporado à experiência concreta (real ou virtual), que se contrapõe à transmissão "bancária" de conhecimentos da escola tradicional.

No bojo destas mudanças sociais destacamos no que tange à educação superior, alguns tópicos: alterações na organização do ensino superior diante do aumento da sua demanda e consolidação de massas; alterações nesse contexto frente ao impacto das TIC com o desenvolvimento da educação a distância, em nível de graduação, extensão e pós-



graduação; educação voltada para a eficiência, competitividade e qualidade; mudança no perfil do professor e do processo de formação (OLIVEIRA, 2002; CORREIA, 2001) e o advento da LDB 9.394/96, que estabelece as bases legais para a educação a distância (EaD), permitindo avanços e estabelecendo a possibilidade de seu uso orgânico em todos os níveis e modalidades de ensino.

Novos conceitos e valores socioeducacionais foram criados e a educação a distância surgiu em decorrência da necessidade social de proporcionar educação aos segmentos da população não adequadamente servidos pelo sistema tradicional de ensino, caracterizando importante relevância social, ao permitir o acesso ao sistema àqueles que vêm sendo excluídos do processo educacional superior e da sociedade da informação e do conhecimento.

Nesse contexto, se faz importante questionar e refletir sobre o papel da EaD na premissa de responder: na atual sociedade da informação e do conhecimento, quais os prejuízos causados pelo preconceito discente sobre a EaD, suas vantagens e contribuições enquanto ensino superior de qualidade, interativo e democrático em seus diferenciais cognitivo, social e econômico?

2. Educação à Distância: histórico e conceito

Diversos autores, a exemplo de Vasconcelos (2008), Lobo Neto (2008), Belloni (2006), Preti (1996) e Souza, Oliveira e Cassol (2005), apresentam a história da Educação a Distância no mundo e no Brasil deixando nítida a ideia de que não se trata de algo novo a serviço do ensino, sendo atualmente um poderoso instrumento, em virtude do apoio dos recursos da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Na versão de Landim (1997); Alves (1998); Peters (2003) e Nunes (2009), a origem da EaD, se deu na Alemanha, em 20 de março de 1728, com o surgimento da imprensa de Gutemberg, expressada através das aulas por correspondência do curso de Taquigrafia ministradas por Cauleb Philips, de Short Hand, na Gazette de Boston, EUA (SARAIVA, 1996).

A Educação a Distância começa a existir institucionalmente no século XIX, (GOLVÊA & OLIVEIRA, 2006; VASCONCELOS, 2008), surgindo na Suécia, em 1833, com o curso de contabilidade, seguido por sucessivas experiências, que Landim (1997), destaca: na Inglaterra, em 1840, Isac Pitman resume os princípios da taquigrafia em cartões postais que trocava com seus alunos e na Europa/Reino Unido, em 1843, a fundação da primeira escola por correspondência,



Faculdades por Correspondência Sir Isaac Pitman (TRINDADE, 1997).

Outros destaques foram: a fundação do Instituto de Ensino de Línguas por correspondência, em Berlim, em 1856, primeira instituição a fornecer cursos por correspondência (LANDIM, 1997); a universidade *Illinois Wesleyan University*, nos Estados Unidos, em 1874, primeira Universidade Aberta no mundo (Alves, 1994); a Universidade de Chicago, em 1892, que instituiu cursos por correspondência, incorporando os estudos da modalidade na universidade; a *Calveft*, em *Baltimore*, que desenvolveu cursos para a escola primária; a Divisão de Ensino por Correspondência no Departamento de Extensão da Universidade de Chicago, em 1892, (LANDIM, 1997), seguindo-se de *Skerry College*, em 1880, com cursos preparatórios para concursos públicos.

No Século XX, o que se observa é um contínuo movimento de consolidação e expansão da EaD. No aspecto quantitativo, ampliam-se o número de países, de instituições, de cursos, de alunos e de estudos sobre o ensino por correspondência e sob o qualitativo, novas metodologias e técnicas são incorporadas em detrimento do desenvolvimento científico e tecnológico.

No final da primeira guerra mundial, houve uma crescente demanda por escolarização na Europa Ocidental, considerando como principais fatores a falência dos Estados Nacionais, a escassez de recursos e a disseminação espacial dos demandantes, impulsionando à necessidade da institucionalização de um ensino a distância, surgindo novas iniciativas derivando o seu amplo desenvolvimento.

A invenção do rádio nos anos 1910 e da televisão na década de 1930, impulsionaram o surgimento das universidades abertas, na década de 1960. Na década de 1970, a Inglaterra, passa a ser referência mundial em EaD, com a *Open University*, considerada a maior universidade do Reino Unido (PRETI, 1996). Sucedendo-se a Espanha e a Venezuela com suas Universidades Abertas (LITWIN, 2001), e as demais: *Universidad Nacional de Educación a Distancia - UNED*, na Espanha, em 1973; *FernUniversität*, na Alemanha, em 1975; *Allama Iqbal Open University*, no Paquistão, em 1974; *Indira Gandhi National Open University*, na Índia, em 1985; e Universidade Virtual do México (MARGARETE, 2005a).

3. A EaD no Brasil

A educação a distância surge num momento bastante conturbado da educação brasileira, com a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923, por um grupo liderado por Edgard Roquete Pinto e Henrique Morize, (ALVES, 1994), doada em 1936 ao



Ministério da Educação e Saúde.

Nessa

época, a crise na educação nacional era notória e intensificavam-se os esforços para revertê-la, visto o relato do Ministro da Justiça e Negócios Interiores (que abrangia a Educação), Joaquim José Seabra, em 1906, ao Presidente da República: "o ensino chegou a um estado de anarquia e descrédito que, ou faz-se a sua reforma radical, ou preferível será aboli-lo de vez" (ALVES, 1993, p. 36) o que vem corroborar o cenário de total fragilidade.

Conforme Formiga (2004), o Rio de Janeiro foi o pioneiro na educação a distância no Brasil, entretanto, São Paulo depois assumiu a liderança, com destaque do papel do Instituto Monitor do Brasil, em 1939, e do Instituto Universal Brasileiro (IUB), em 1941. Em 1960, iniciou-se a ação sistematizada do governo federal em EaD em parceria com o Movimento de Educação de Base (MEB) e a igreja católica, com o uso do sistema rádio educativo, na promoção da educação popular, conscientização, politização e educação sindicalista, com maior predominância nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste.

Surge a teleducação com uso do rádio, televisão e cinema, com a implantação de projetos educativos em todo o país. A exemplo, o programa Telecurso 1º e 2º graus, que capacitou brasileiros em todas as regiões de alcance do país, por meio de projetos educacionais e profissionais, (MUGNOL, M. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n. 27, p. 335-349, maio/ago. 2009).

Em 1970, a criação do Projeto Minerva para o atendimento supletivo das oito séries do primeiro grau do ensino fundamental aos egressos do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) e a qualificação de mão de obra para o atendimento da crescente demanda de industrialização da época.

Em 1971, a criação da Associação Brasileira de Teleducação, pioneira em cursos a distancia na capacitação de professores por correspondência, seguida da criação do Prontel - Programa Nacional de Teleducação, em 1972.

No campo da formação de professores merece destaque o Projeto Logus II, criado pelo Mec em convênio com o Ceteb – Centro de Ensino Técnico de Brasília, em 1974, objetivando a habilitação em exercício de professores leigos. Na década de 1990 foi desativado e substituído pelo Programa de Valorização do Magistério.

Em 1978, a Fundação Roberto Marinho (TV Globo) e a Fundação Padre Anchieta criaram o Telecurso 2º grau, hoje denominado Telecurso 2000. Em 1979, surge a FCBTVE – Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa/Mec para a implantação de programas de alfabetização por TV – Mobreal.



Em 1985, o IRDEB (Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia) e o Projeto SACI (Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares) no Rio Grande do Norte, se destacaram no perfil de formação em massa regionalizada.

Em 1991, o Ministério da Educação e a Fundação Roquete Pinto (TVE-RJ) promoveram o programa de formação continuada “Um Salto para o Futuro”, objetivando qualificar professores do Ensino Fundamental em serviço no Brasil. Mais tarde, o programa se amplia e dá suporte e estrutura para a criação do Programa “TV Escola”, pelo MEC, em 1996, visando formar, aperfeiçoar e valorizar os professores da educação básica para melhorar o ensino e reduzir as taxas de evasão e repetência nas escolas.

Este Programa oportunizou a criação, em cada unidade federada, de uma Coordenadoria de Educação a Distância vinculada à respectiva Secretaria Estadual de Educação, encarregada da utilização de programas de EAD e a criação da Universidade Aberta de Brasília, em 1992, com a oferta de cursos que abrangiam desde a educação continuada, a reciclagem profissional, os cursos técnicos para trabalhadores, até a graduação e pós-graduação.

O governo, através do MEC e do Ministério das Comunicações (MC), tomou, a partir de 1993, as primeiras medidas concretas para a formulação de uma política nacional de EAD, distinguindo-se o Protocolo de Cooperação nº 3/93, visando ao desenvolvimento de um sistema nacional de EAD, o Convênio nº 6/93 - MEC/MC/Embratel, objetivando garantir a viabilização da EAD e a criação da Coordenadoria Nacional de EaD, no âmbito do MEC e a criação do Sistema Nacional de Educação a Distância, em 1994.

A partir de 1996, no contexto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, a educação a distância é proposta como responsabilidade do poder público, assim expressa em seu Art. 80: “o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades, e de educação continuada” (BRASIL, 2006), não podendo haver qualquer restrição à educação a distância. Mais tarde, no Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, a educação a distância é legalizada como uma das “modalidades de educação”.

Em 1996, o MEC cria a Secretaria de Educação a Distância (SEED), exclusivamente para dinamizar essa modalidade de ensino, surgindo os primeiros cursos de mestrado a distância oferecidos com o uso de videoconferência.

A partir de 1997, universidades e centros de pesquisa públicos e privados dão início à oferta de cursos de pós-graduação, *lato sensu*, via



internet, demarcando, portanto, em 1996 e 1997, o nascimento da universidade virtual no Brasil.

O MEC desenvolveu grandes programas na formação de professores em nível nacional favorecendo a Formação Geral, Formação de Professores e a Formação Profissional. Em 2011, promoveu cursos de *lato sensu*, a exemplo do “Mídias na Educação”, com grande relevância no cenário da educação a distância.

Em 2006 é criado o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país (BRASIL, 2006).

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para as camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância (BRASIL, 2010).

Desenvolvido em parceria entre União, Estados e Municípios com as universidades públicas e demais organizações interessadas, objetivando atender à demanda local por educação superior, viabilizando a implantação e a execução de cursos de graduação e pós-graduação em forma de consórcio. Tendo prioridade de formação os professores, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores que atuam na educação básica dos estados, municípios e Distrito Federal (BARRETO, 2003).

O Sistema UAB tem como sustentação cinco eixos fundamentais:

- ✓ Expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso;
- ✓ Aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão consoante às propostas educacionais dos estados e municípios;
- ✓ Avaliação da educação superior a distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação implantados pelo MEC;
- ✓ Estímulo à investigação em educação superior a distância no país;
- ✓ Financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância (BRASIL, 2006).

A UAB atua no estado de Rondônia em parceria com a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), MEC/CAPES e Prefeituras Municipais de: Porto Velho, Nova Mamoré, Ariquemes, Buritis, Ji-Paraná, Rolim de Moura e Chupinguaia. Dispõe de sete Polos distribuídos nos municípios referenciados (UNIR, DIREC, 2012).

Dentre os cursos ofertados está Pedagogia - Licenciatura para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental, com quinhentos e dezessete matrículas efetivadas, das quinhentos e

cinquenta vagas ofertadas desde a sua implantação no segundo semestre de 2008, distribuídas entre seus respectivos Polos (UNIR, DIRED, 2012).

Tabela 1- **Pedagogia - I Entrada – 2008 – 2º Semestre**

POLOS	VAGAS	MATRÍCULAS	APROVEITAMENTO %
P. Velho	-	-	-
Ariquemes	50	42	84,00
N. Mamoré	-	-	-
Ji-Paraná	50	36	72,00
Buritis	-	-	-
R. Moura	50	44	88,00
Chupinguaia	50	37	74,00
TOTAL	200	159	79,50

Fonte: Unir, Dired/2011

Tabela 2- **Pedagogia - II Entrada – 2011 – 1º e 2º Semestres**

POLOS	VAGAS	MATRÍCULAS	APROVEITAMENTO %
P. Velho	50	49	98,00
Ariquemes	50	61	122,00
N. Mamoré	50	50	100,00
Ji-Paraná	50	45	90,00
Buritis	50	53	106,00
R. Moura	50	49	98,00
Chupinguaia	50	51	102,00
TOTAL	350	358	102,29

Fonte: Unir, Dired, 2011

4. - Conceitos e Fundamentos da EaD

Segundo Castro (2011), não há um consenso relacionado à definição de Educação a Distância. Não se vislumbrou uma definição que englobe todas as variáveis contidas na modalidade .

A EaD é tratada atualmente, por muitos autores, como resultante das potencialidades e possibilidades trazidas pelas tecnologias da informação e comunicação (TIC) à atual era da informação e do conhecimento, em um cenário em que as relações entre os homens, o trabalho, a própria inteligência dependem das transformações incessantes dos dispositivos informacionais de todos os tipos (LÉVY, 1993).

Do ponto de vista epistemológico, a palavra Teleeducação ou Educação a Distância vem do grego tele (longe, ao longe), e pode ser conceituada como um “sistema tecnológico de comunicação bidirecional” (ARETIO, 1994. p.14), em que a interação pessoal entre professor



e aluno em sala de aula é substituída por diversos recursos didáticos e pelo apoio tutorial, propiciando a aprendizagem autônoma dos alunos.

No paradigma da educação a distância, Preti (1996) e Marchand, (2002) destacam como elementos fundamentais:

✓ **A distância física professor ou tutor-aluno:** desnecessária e indispensável para que ocorra a aprendizagem. Ela se dá "virtualmente"; a estrutura, objetivos e meios didático-pedagógicos são viabilizados para privilegiar a aprendizagem;

✓ **Estudo individualizado e independente:** é reconhecida a capacidade do aluno de construir seu próprio conhecimento, ator e autor de suas práticas e reflexões; o professor interage com o aluno, dá mais autonomia e de certa forma, também exige mais;

✓ **Processo de ensino-aprendizagem mediatizado:** a EaD disponibiliza suporte e estrutura que proporcionam e incentivam a autonomia dos estudantes nos processos de aprendizagem; o ensino é mediado e interativo estabelecendo um processo de troca entre os sujeitos envolvidos, proporcionando uma parcela maior ao aprendiz do que ao professor;

✓ **Uso de tecnologias:** os recursos tecnológicos de comunicação rompem as barreiras das distâncias, das dificuldades de acesso à educação e dos problemas de aprendizagem por parte dos alunos que estudam individualmente, porém não isolados e sozinhos;

✓ **Comunicação bidirecional:** apesar da distância, busca-se estabelecer relações dialogais, criativas, críticas e participativas.

Para Preti (1996) se antes existiam preconceitos e resistências referentes a EaD, no início do milênio, a situação econômica e política crítica vivenciada, encontrou nesta modalidade, uma opção economicamente viável, uma alternativa às exigências sociais e pedagógicas que o ensino presencial não atende.

No âmbito da docência, “a educação a distância é uma alternativa pedagógica que se coloca hoje ao educador como prática fundamentada em uma racionalidade ética, solidária e comprometida com as mudanças sociais” (PRETI,1996, p.27). Portanto, “implica novos papéis para os alunos e para os professores, novas atitudes e novos enfoques metodológicos” (GARCIA, 1986, p.10).

A EaD é permeada pelo uso da tecnologia, onde a comunicação é revestida a partir de um processo de multidirecionalidade, mediatização e interatividade, e percebida através de múltiplos olhares e distintas direções.

Essa relação dialógica e multidirecional vivenciada através da interação e mediação tecnológico-pedagógica, na visão de Vygostsky (2001 e 2008) é a geradora da aprendizagem, uma vez que



nessa relação, os integradores não são mais os mesmos depois do encontro - ocorre a aprendizagem.

5. Breve síntese da Legislação da Educação a Distância (EaD) no Brasil

No Brasil, as bases legais para a modalidade de educação a distância foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, regulamentada pelo Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005.

A LDB n. 9.394/96 permitiu avanços, estabelecendo a possibilidade de uso orgânico da modalidade de educação a distância em todos os níveis e modalidades de ensino.

Os seus artigos mais expressivos são: Art. 80, que assim preconiza: "o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada" (BRASIL, 2002) e o Art. 87, § 3º que faz referência a capacitação do professores, instituindo que: "o Distrito Federal, cada Estado e Município, e, supletivamente, a União, devem realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância" (BRASIL, 2002).

Destacamos a síntese da Legislação brasileira de maior destaque na EaD:

Portaria 391/98 de 07 de abril de 1998, para complementar o decreto 2.494/98, e normatizar o credenciamento de instituições no tocante ao Ensino Superior e à Educação Profissional na modalidade de educação a distância.

Resolução n.º 1, de 3 de abril de 2001, do Conselho Nacional de Educação, estabelece as normas para a pós-graduação *lato e stricto-sensu*;

Portaria 2253/2001, de 18 de outubro de 2001, estabelece que as Instituições Federais de Ensino Superior presenciais reconhecidas podem ofertar disciplinas que, em seu todo ou em parte, utilizem método não presencial, no limite de 20% do tempo previsto para a integralização do respectivo currículo;

Lei n.º 10.861/04, cria o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), aplicada à educação a distância;

Resolução n.º 2, de 9 de junho de 2005, altera a Resolução CNE/CES n.º 2, de 3 de abril de 2001, que dispõe sobre os cursos de pós-graduação *stricto-sensu* oferecidos no Brasil por instituições estrangeiras, diretamente ou mediante convênio com instituições nacionais, dando novo direcionamento para o processo de reconhecimento de diplomas;



Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006, institui o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País; Portaria

normativa nº 02/07, de 10 de janeiro de 2007, dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância; Portaria normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o cadastro e-MEC de instituições e cursos superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (BASIS) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições;

Parecer CNE/CES nº 195/2007, fixa diretrizes para a elaboração, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, dos instrumentos de avaliação para credenciamento de instituições de educação superior para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância, nos termos do art. 60, inciso IV, do Decreto no 5.773/2006;

Lei nº 12.603, de 3 de abril de 2012, que altera o inciso I do § 4o do art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para beneficiar a educação à distância com a redução de custos em meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do Poder público.

Existem ainda os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância que contêm orientações com função indutora desde a concepção teórico-metodológica da educação a distância até a organização de sistemas de EaD (MEC, 2007).

6. Do Estudo Exploratório:

A pesquisa constituiu-se numa abordagem qualitativa, exploratória, considerando-se a concepção de Rosa (2006) que na pesquisa qualitativa não é a quantidade de pessoas que irão prestar as informações que tem importância, mas sim, o significado que os sujeitos têm em razão do que se procura para a pesquisa. Como instrumentais de coleta de dados utilizou-se o levantamento bibliográfico e documental e um questionário semiestruturado aplicado, via e-mail e presencial, a uma amostra aleatória de 35 alunos matriculados no curso de Pedagogia – Licenciatura para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental, na modalidade de ensino a distância, nos: 1º, 2º, 5º e 6º semestres letivos de 2011, no período de fevereiro a novembro de 2012, compreendendo os municípios de: Alta Floresta do Oeste, Alvorada do Oeste,

Ariquemes, Buritis, Governador Jorge Teixeira, Ji-Paraná, Rio Crespo, Monte Negro, Ouro Preto, Pimenta Bueno, Rolim de Moura e Porto Velho.

O objeto investigado justificou-se por dar uma resposta embasada na experiência prática de acadêmicos de nível superior regularmente matriculados na modalidade de ensino a distância, no âmbito da Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), de uma universidade pública federal, e pudermos responder ao problema: na atual sociedade da informação e do conhecimento quais os prejuízos causados pelo olhar conservador dos discente sobre a modalidade EaD, suas vantagens e contribuições no contexto de ensino superior de qualidade, interativo e democrático em seus diferenciais cognitivo, social e econômico no contexto da atual sociedade?

A interpretação dos resultados indica:

O perfil discente do universo investigado constitui-se de:

Tabela 3- **Perfil discente quanto ao sexo**

SEXO		
Masculino percentual %	Feminino percentual %	Total %
10	90	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011

Tabela 4- **Perfil discente quanto à idade**

Idade	Total - Percentual %
Entre 25 a 30 anos	25
Entre 31 a 40 anos	30
Entre 41 anos a 50 anos	25
Mais de 50 anos	20
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011

Tabela 5- **Formação acadêmica discente: Ensino Médio cursado**

Ensino Médio cursado	Regular - Percentual %	Eja - Percentual %
Colegial ou equivalente	80	5
Magistério	10	5
Total	90	10

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011

Tabela 6- **Esfera da instituição do ensino cursado**

Instituição Pública Percentual %	Instituição Particular Percentual %	Total
90	10	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011

O perfil profissional discente é formado por: professor(a) do ensino médio, agente de gestão escolar, secretário(a) escolar, técnico(a) administrativo educacional, auxiliar de secretaria, auxiliar de biblioteca, auxiliar administrativo, inspetor(a) de pátio, merendeira, zelador(a), leiloeiro(a) público(a) e vigia.

Tabela 7- Perfil discente econômico

Renda salarial Mensal	Total - Percentual %
Até dois salários mínimos	60
Entre dois e três salários mínimos	30
Acima de três salários mínimos	10
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011

Tabela 8 - Visão discente da EaD no atual contexto sócio-educacional

Representações Discentes	Percentual %
Uma metodologia de ensino que se processa à distância, integrada a uma educação que atende às reais necessidades de educação e sociedade para àqueles que não tiveram oportunidade de um estudo presencial.	75
Uma metodologia de ensino que se processa à distância para àqueles que não tiveram a oportunidade de um estudo presencial, porém não oportuniza sua integração a uma educação adequada às reais necessidades atuais de educação e sociedade.	25
TOTAL	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011

O discente questionado “A” acrescentou:

As matérias de um ensino à distância são as mesmas do ensino presencial, só mudam as formas de aprendizado, que no caso do ensino à distância só vem a enriquecer o profissional do futuro, pelo fato de você estar sempre a par e pronto para inovar o ensino tradicional pelas novas formas de ensino com tecnologia de aprendizado (Pesquisa de Campo, 2011).

O discente questionado “B” justificou:

É claro que o encontro freqüente com o professor é muito proveitoso, mas essa ausência é compensada com um cuidadoso planejamento dos encontros presenciais, visando à interação aluno/tecnologia, aluno/aluno, aluno/professor (Pesquisa de Campo, 2011).

O discente questionado “C” explicou: “precisamos desta modalidade de estudo para melhorarmos nosso conhecimento sem deixar de ser mãe, dona de casa que trabalha fora e tantas outras tarefas que temos” (Pesquisa de Campo, 2011).

As representações discentes convergem com a concepção de Landim (1997), de que a EaD pressupõe a combinação de tecnologias convencionais e modernas que possibilitam o estudo individual ou em grupo, nos locais de trabalho ou fora, por meio de métodos de orientação e tutoria à distância, contando com atividades presenciais específicas.

2) Quanto ao item: o ensino a distância ter a mesma qualidade que o ensino presencial:

Tabela 9 – **Qualidade de ensino na EaD**

Representações Discentes	Percentual %
Sim. Tem a mesma qualidade que o ensino presencial	100

(Pesquisa de Campo, 2011)

Justificou o discente “D”: “sim. Pois nós somos responsáveis por atingir as metas predispostas pela instituição da mesma forma que na presencial” (Pesquisa de Campo, 2011/2012).

O discente questionado “E” acrescentou: “exige do aluno leituras quase que diárias e revisões do aprendizado obrigatoriamente diárias, para fixar bem o vasto conteúdo apresentado semanalmente” (Pesquisa de Campo, 2011).

O discente questionado “F” justificou:

O aluno além das aulas mensais tem atividades virtuais semanais, e o aluno para fixar bem o aprendizado deve realizar estudos em sua própria casa ou no polo, pois sem esse estudo não estará apto a dar continuidade a vida acadêmica (Pesquisa de Campo, 2011).

As afirmativas discentes corroboram com o conceito de EaD de Peters (1973, p.1) de que “é um método racional de partilhar conhecimento, habilidades e atitudes, através da aplicação da divisão do trabalho e de princípios organizadores”. É uma aprendizagem que conduz a autonomia do aluno e o seu amadurecimento enquanto aprendiz, se tornando sujeito do seu conhecimento.

3) a) Vantagens da EaD consideradas pelos discentes:

Tabela 10- **Vantagens da EaD na representação discente**

Representações Discentes	Percentual %
Autonomia e ensino individualizado	50
Oportunidade de estudo a todos	30
Interação com as tecnologias	20
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

O discente questionado “G” expôs: “incentivo maior da leitura fazendo buscar autonomia de um conhecimento maior aprimorando-nos assim numa nova dinâmica” (Pesquisa de Campo, 2011).

As representações discentes remetem à pedagogia da autonomia de Freire (1996), que enfatiza que promover autonomia não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para que o aprendiz promova a sua própria produção ou a sua construção.

b) Desvantagens da EaD representadas pelos discentes:

Tabela 11- **Desvantagens da EaD**

Representações Discentes	Percentual %
Poucos recursos materiais	5
Não ser bem recebido no mercado de trabalho	5
Não atribuiu conceito	90
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

4) No tocante ao nível de satisfação discente em relação à formação teórico prática recebida no curso:

Tabela 12- **Nível de satisfação discente**

Percentual %	Representações Discentes			TOTAL %
	Excelente	Bom	Satisfatório	
	35%	60%	5%	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

O discente questionado “H” acresceu: “pretendo me especializar e ser uma excelente profissional. Tudo pela EaD - eu realmente acredito que pode dar certo” (Pesquisa de Campo, 2011/2012). A afirmação discente de prosseguir com os estudos na modalidade EaD corrobora as finalidades da EaD descritas por Landim (1997) como o incentivo a educação permanente: atender a demanda e as aspirações dos diversos grupos, oferecendo estratégias adequadas e instrumentos para a essa formação.

5) Referente à questão: como se sente ao fazer um curso na modalidade de ensino à distância em relação aos outros alunos do curso de Pedagogia presencial, considerando os aspectos: metodologia de ensino - desenvolvimento das aulas:

Tabela 13- **Status discente da EaD**

Representações Discentes	Percentual %
Desafiado por ser um processo individualizado de estudo e requer mais esforço de estudo, disponibilidade de tempo e dedicação do aluno do que no ensino presencial.	25
Em crescimento constante e com perspectivas profissionais por ser um processo dinâmico que permite a mediação pedagógica e a interatividade professor e alunos e uma dinâmica diferenciada das aulas, como o uso de ferramentas de apoio: AVA, internet, Chat, Msn, plataformas de linguagens, o que torna o processo educacional mais rico.	65

Continuação



Buscando uma formação profissional e esta modalidade de ensino me favorece realizá-la.	10
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

O discente “I” esclareceu:

Com o esforço e a dedicação além da motivação, a interação me forçou a ser mais organizada, até no tempo me deu novas perspectivas e uma dinâmica há muito adormecida, que posta em prática me deu um outro fôlego em busca de novos conhecimentos (Pesquisa de Campo, 2011).

Segundo Landim (1997) a EaD tem a finalidade de fomentar a autodeterminação dos alunos; torná-los agentes próprios de sua formação, além de incentivá-los a estudar e a pesquisar independentemente.

6) Quanto a fazer outro curso na modalidade à distancia, 100% respondeu que sim, faria.

Tabela 14- **Opção por cursos em EaD**

Representações Discentes	Percentual %
Faria outro curso na metodologia EaD	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

O discente “J” explanou: “pelos atuais condições de trabalho em jornada dupla casa e trabalho, veio como uma luva o curso a distancia para o meu aprimoramento e abriu portas que o presencial não permitiria” (Pesquisa de Campo, 2011).

A afirmativa discente complementa a ideia da EaD na concepção de que “dentre as principais características da EaD, deve-se fortalecer aquelas ligadas a autonomia do estudante, a comunicação e o processo tecnológico” (GUAREZI, 2009, p. 20). Assim é possível a educação permanente do aluno em todos os níveis de ensino.

7) Concernente a se sentir discriminado ou ter vivenciado algum preconceito por fazer um curso na modalidade de ensino à distancia:

Tabela 15- **Perfil discente na EaD**

Representações Discentes	Percentual %
Não se sente discriminado	95
Vivenciou preconceito	5
Total	100

Pesquisa de Campo, 2011.

O discente questionado “L” justificou:

Senti-me discriminado em relação ao espaço, como se estivéssemos invadindo o espaço de outros, tanto em relação a direção quanto com os alunos da modalidade presencial, a sensação de sermos intrusos. Bem como, tínhamos a sensação de sermos alunos com menor grau de capacitação, porém, alguns professores afirmam que não somos inferiores do que os do curso presencial, muito pelo contrário, há maior despenho pelo fato de estudarmos mais individualmente (Pesquisa de Campo, 2011).

No contexto de sociedade do conhecimento e da informação, o sistema educacional tem sido impelido a caminhar por novos rumos, pois o modelo tradicional de educação já não é capaz de atender aos anseios e necessidades da sociedade atual. No entanto, a EaD tem-se mostrado um modelo que, além de eficaz e eficiente, é inclusivo e democrático, no sentido de levar educação de qualidade a todos que precisem dela.

Nesse olhar, enfatiza Lobo Neto (1988, p.45-46) que:

[...] A educação à distância é, como a educação presencial, o serviço educativo de todos os dias que, antes de ser o objeto de polêmicas (e preconceitos) mais ou menos acadêmicas, constitui-se em acontecimento vital para cada educando e para a sociedade que, pela pessoa-cidadã, também se educa, transformando-se e gerando, permanentemente sua cultura em processo de renovação.

8) Referente à preparação profissional para atuação no mercado de trabalho nas mesmas condições do aluno da modalidade presencial, obteve-se:

Tabela 10- **Preparação Profissional**

Representações Discentes	Percentual %
Se sentem preparados	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

O discente “M” acrescentou:

Sinto-me preparada, pois encontrei uma bagagem excelente que veio reforçar o que já havia aprendido em dois anos de magistério, sabendo que todo educador aprende ensinando, o importante é por em prática o conteúdo adquirido. Diz o escritor Monteiro Lobato “um dia construo livros que as crianças possam morar dentro” (Pesquisa de Campo, 2011).

Entende-se que o processo de ensino e aprendizagem com vistas à preparação do aluno para o atendimento das demandas sociais, cabe não somente o desenvolvimento de competências, mas, como prioritário, a qualidade presente em todo o processo educacional.

Esse contexto nos remete à idéia de que o processo de formação do educando através da EaD, consiste em formar cidadãos para uma sociedade aberta e democrática, ao que Morin



(2001) chama de democracia cognitiva, e que para formá-lo, requer dotá-lo de capacidades de aprendizagem, de modos de pensamento que lhe permita utilizar estrategicamente a informação que recebe e convertê-la em saber sistematizado (POZO, 2004). Este processo está representado pelos discentes da EaD investigados.

7. Considerações Finais:

Conclui-se que as representações dos discentes do curso de Pedagogia- Licenciatura para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental na modalidade de ensino a distância, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) acerca da EaD constituem um somatório positivo no contexto de ensino superior de qualidade, interativo, inclusivo e democrático em seus diferenciais cognitivo, social e econômico e que o preconceito discente acerca da EaD retarda o desenvolvimento sócio-econômico e cultural e que não se pode negar as possibilidades da EaD sem antes vivenciá-las ou conhecê-las melhor. De um modo geral, concordamos com Guarezi (2009), ao afirmar que a EaD vem superando as barreiras do tempo e do espaço, e que tem forte a característica de fortalecer a autonomia do estudante, a comunicação e o processo tecnológico. Assim, a EaD se constitui numa modalidade de ensino voltada às gerações atuais e futuras na construção do cidadão e da sua cidadania.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, J. R. M. **A história da EaD no Brasil**. 2º Capítulo do livro: Educação a Distância o Estado da Arte. LITTO, F. M. e FORMIGA, M. (orgs). São Paulo: Pearson Education, 1993, p.36.

ARETIO, L. G. Educación a distancia hoy. Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1994. In: GUAREZI, R. C. M; MATOS, M. M. **Educação a distância sem segredos**. Curitiba: Ibpeex, 2009, p.14.

BARRETO, Raquel Goulart. As políticas de formação de professores: novas tecnologias e educação a distância. In: BARRETO, Raquel Goulart. (org.) PRETTO Nelson de Luca. et al. **Tecnologias Educacionais: avaliando políticas e práticas**. Quartel: Rio de Janeiro, 2003, p. 10-23.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. 4 ed. São Paulo: Autores Associados, 2006.

_____, **O que é mídia-educação**. Campinas: Autores Associados, 2001a. (Coleção

Polêmicas do Nosso Tempo, 78.

_____. "Integração das tecnologias de informação e comunicação aos processos



educacionais". In: Barreto, R.G. (Org.), *Tecnologias educacionais e educação a distância: Avaliando políticas e práticas*, Rio de Janeiro: Quartet, 2001b.

DEBORD, G. *La société du spectacle*. Paris: Buchet/Chastel, 1967 (trad. portuguesa. Lisboa: ed. Mobilis in Mobile, 1991).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35 Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: UNESP, 2001.

FREITAS, L. C. C. **Tudo sobre EaD**. São Paulo: Editora Minuano, 2006.

FORMIGA, Manuel Marcos Maciel. Evolução dos 100 anos da educação a distância no Brasil. In: BAYMA, Fátima (Org.). **Educação corporativa: desenvolvendo e gerenciando competências**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular (FUNADESP). **Legislação e normas da educação a distância no Brasil**. Brasília: Funadesp, 2005. (Série Documentos/set.2005).

GARCIA ARETIO, Lorenzo. Educación Superior a Distancia: **análisis de su eficacia**. Merida/Espanha: UNED, 1986, p. 10.

GUAREZI, R. C. M; MATOS, M. M. **Educação a distância sem segredos**. Curitiba: Ibpex, 2009, p.20.

GOUVÊA, G.; C. I. OLIVEIRA. **Educação a Distância na formação de professores: viabilidades, potencialidades e limites**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vieira e Lent. 2006.

LANDIM, Cláudia Maria das Mercês Paes Ferreira. **Educação à distância: algumas considerações**. Rio de Janeiro: s.n. 1997.
LASCH, C. *The culture of narci?* Londres: Abacus, 1979 (trad. bras.: **A cultura do narcisismo**. São Paulo: Imago, 1983).

LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução Carlos Irineu da Costa. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

LITWIN, Edith. **Educação a Distância – Temas para o debate de uma nova agenda educativa**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

LOBO NETO, F. J. S.; LEOBONS, S. G. P. Educação a distância de 1º e 2º graus. **Tecnologia Educacional**, v. 17, n. 80/81, jan. /abr. 1988, p. 45-46.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Prática docente e avaliação**. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, 1990, p.38.

MONEREO, C.; POZO, J.I. **En qué siglo vive la escuela?: el reto de la nueva cultura educativa**. Cuadernos de Pegagogía, n. 298, p. 50-55, 2001.



MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 3. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

MUGNOL, M. Ver. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 9, n. 27, p. 335-349, maio/ago. 2009.

NUNES, Ivônio B. A história da EaD no mundo. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos. **Educação a distância**. O estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009, p. 2-8;

PETERS, Otto. **Didática do ensino a distância**. Experiências e estágio da discussão numa visão internacional. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003;

PRETI, O. **Educação a Distância**: uma prática educativa mediadora e mediatizada. Cuiabá: NEAD/ IE –UFMT. 1996, p.27.

POZO, Juan Ignacio. A sociedade da aprendizagem e o desafio de converter informação em conhecimento. **Pátio. Revista Pedagógica**, Porto Alegre, Ano VIII, n. 31, p. 8-11, ago/out. 2004.

SOUZA, C. A.; OLIVEIRA, J. C.; CASSOL, M. P. **Tutoria como Instrumento para a Educação à Distância**. Relatório de Pesquisa. Universidade do Vale do Itajaí, 2005. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2005/por/pdf/174tca3.pdf>. Acesso: 02 de dezembro 2012.

TRINDADE, A.R. *Distance education for Europe*. Lisboa: Universidade Aberta, 1997.

VASCONCELOS, S. P. G. **Educação a Distância**: histórico e perspectivas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiiifelin/19.htm>>. Acesso em: 12 junho. 2013.

VYGOTSKY, L.S. **Psicologia Pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.